



FRENTE AOS DESAFIOS DE 2022, UNIDADE E MOBILIZAÇÃO SÃO PEÇAS-CHAVE

O ano letivo começa em meio à crise sanitária da Covid-19 e à ameaça de desmonte da educação. O cenário é de desvalorização da categoria do magistério público. São sete anos com salário e auxílio alimentação congelados. Além disso, é evidente a negligência do governo do DF com a promoção e a execução das políticas públicas de educação. É frente a este cenário desafiador que professores(as) e orientadores(as) educacionais devem, mais uma vez, mostrar unidade e mobilização para avançar tanto nas pautas financeiras como nas pedagógicas.

O Sinpro-DF superou a tentativa de diálogo zero do GDF e garantiu a reabertura do processo de negociação da pauta da categoria. Nos encontros com os representantes da Secretaria de Educação e da Secretaria de Economia, o Sindicato lembrou que o DF não teve queda na arrecadação no último ano e que, mesmo com os limites da Lei Eleitoral, é possível a valorização dos servidores do magistério do DF ainda em 2022.

Essa valorização pode ser realizada, sobretudo, com o cumprimento da Meta 17 do Plano Distrital de Educação (PDE). Nela, está a equiparação do vencimento básico dos profissionais da educação da Rede Pública de Educação Básica à média

da remuneração das demais carreiras de servidores públicos do DF com nível superior. Associada ao cumprimento da Meta 17, há ainda a viabilidade de reajuste do auxílio-alimentação da categoria e a incorporação da Gaped (Gratificação de Atividade Pedagógica) ao vencimento.

Em reunião realizada nessa segunda-feira (21/2), o secretário de Economia do DF, José Itamar Feitosa, confirmou o pagamento da última parcela do reajuste salarial conquistado pela categoria em 2013, que deveria ter sido paga em setembro de 2015. A quitação da dívida, determinada pela Justiça do DF, é valiosa para professores(as) e educadores(as)

educacionais, mas não repara a perda financeira imposta nos últimos anos. De março de 2015, quando foi feita a última atualização da tabela salarial, até janeiro deste ano, a inflação acumulada para o magistério público do DF é de 49%, pelo INPC.

Na reunião com Feitosa, intermediada pela deputada distrital Arlete Sampaio (PT), também foi confirmada a realização de concurso público para professores(as) efetivos(as) e orientadores(as) educacionais da rede pública de ensino. A informação foi dada pelo secretário-executivo de Educação, Denilson da Costa. Embora o Sinpro-DF tenha questionado a insuficiência do número



de vagas anunciado pelo GDF, esse quantitativo não foi alterado. Para professor de Educação Básica 40 horas, o GDF disponibiliza apenas 776 vagas imediatas, mais 3.104 para cadastro de reserva. No caso de orientadores educacionais, são só 20 vagas imediatas e 80 para cadastro de reserva. A expectativa é de que a convocação dos(as) aprovados(as) no certame seja feita ainda no primeiro semestre deste ano.

Uma nova reunião com a Secretaria de Economia foi agendada para dia 9 de março. Embora a retomada do diálogo, os representantes do GDF vêm afirmando que “as contas do governo estão no limite”. E é a mobilização e a luta da categoria que têm força para garantir que a valorização do magistério público do DF seja realizada.

Pautas pedagógicas

Além das pautas financeiras, o Sinpro-DF também vem lutando pelas pautas pedagógicas.

Entre as denúncias feitas, está a da Estratégia de Matrícula, realizada sem qualquer diálogo com o Sindicato. Com a determinação, foi ampliado em até 25% o número de estudantes por turma, o que sobrecarrega o(a) professor(a), impede a realização de um ensino individualizado e deixa ainda mais crítica a situação da pandemia da Covid-19.

São ainda apontadas as dificuldades frente à implementação do novo ensino médio, que começou a valer neste ano. Em um contexto de precarização do setor, com ataques aos direitos dos trabalhadores da educação e redução do quadro de funcionários das escolas, a norma prevê aumento da carga horária e uma grade curricular voltada ao mercado, distanciando a educação da construção do pensamento crítico.

A ausência do estabelecimento de uma periodicidade e do valor exato do repasse do PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira) também vem sendo pautado pelo Sinpro-DF. Sem uma data certa para o recebimento do recurso, gestores(as) são submetidos a uma situação extremamente delicada para resolver os problemas das escolas.

Homeschooling, voucherização do ensino, militarização das escolas, ameaça de fechamento das turmas do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e a não convocação de monitores – que impacta no atendimento da educação inclusiva – são outros importantes pontos destacados pelo Sinpro-DF, já que têm potencial de gerar sérios problemas para o processo de aprendizado e para a formação de crianças e adolescentes.



Calendário de lutas

26/2 – Debate | A vida das mulheres trabalhadoras em meio à crise econômica gerada pelos governos federal e distrital

- Das 11h às 13h, no estacionamento do Parque Ana Lúcia, no Parque da Cidade de Brasília

Março – Mobilização e campanha pela eleição de delegados(as) sindicais

5/3 – Marcha das Mulheres | Taguatinga/Ceilândia

- **14h** - Ponto de encontro: Praça do restaurante comunitário da Ceilândia (em frente à Feira da Ceilândia)

- **16h** - Saída da marcha, rumo à Feira dos Goianos (Taguatinga), pela via Hélio Prates

8/3 – Dia Internacional de Luta por Direitos das Mulheres | Marcha “Pela vida das mulheres, Bolsonaro nunca mais! Por um Brasil sem machismo, sem racismo e sem fome”

- Concentração às 17h, no Museu da República

16/3 – Mobilização Nacional da Educação | Pela Valorização da Educação Pública e pela Revogação do Novo Ensino Médio

- Realização de aulas públicas nas escolas de ensino médio

17/3 – Sessão solene de homenagem ao aniversário do Sinpro-DF

- 19h, na CLDF | Realização: dep. Arlete Sampaio (PT)

10, 15, 17 e 22 DE MARÇO ASSEMBLEIAS REGIONAIS

- As assembleias contemplarão todos os turnos

24/3 – ASSEMBLEIA GERAL COM PARALISAÇÃO Caso necessário, nova assembleia geral poderá ser convocada a qualquer momento

26/3 – Oficina sobre direito ao corpo e direitos reprodutivos

- Local e horário a serem definidos